

“O mal maior que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário...”

Uma repetição quase inútil

Antonio Carlos Esteves Torres[1]

São vésperas de eleições. As mesmas promessas vãs de bicas de onde não sairá água, de escolas e hospitais, onde não trabalharão professores e médicos. Mais ou menos assim, na metáfora da desilusão.

Em período entre o fim do século retrasado e 1916, aproximadamente, dois munícipes de igual estatura social conversam: "Como o major sabe, as eleições se devem realizar por estes dias. A vitória é "nossa". Todas as mesas estão conosco..."[2]

Um pouco adiante, uma ou duas décadas, comenta-se: "O mal maior que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário... Apoiar a corrente local majoritária é, pois, o meio mais seguro de obter esse resultado... um fator positivo nas eleições... balança em que tanto pesam o dinheiro público e os benefícios de procedência oficial". [3]

Sem precisar tanto retorno, em remissão a um pouco mais da metade do século XIX: "... que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar de povo... O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão, não serão jamais povo"[4].

Vejam duas coisas incontestáveis, desgraçadas, imutáveis: O que está escrito acima é o circo de sempre, com alguma diferença de método e uma pouca mais de migalha, a título de pão.

Dos mais de duzentos milhões de almas (muito mais), cerca de metade (no mínimo), de acordo com a teoria repetida, quase inutilmente, não são considerados povo. E, do restante, sem receio de cometer erro sociológico, noventa por cento votam para obter cargo ou algum tipo de vantagem computável em dinheiro.

Vejam que adversário poderoso: o sistema. Só muda de método e cenário, embora os resultados sejam os mesmos. Os punidos do momento são os punidos do momento. Seus asseclas continuam a obra e aguardam a soltura dos comandantes, que continuam seu exercício de liderança mesmo de dentro dos estabelecimentos "correcionais", outra balela, confortavelmente aceita, ou praticada, como os mais respeitáveis cidadãos deixam escapar, a exemplo do que ocorreu com um dos mais acreditados comentaristas esportivos (Em O GLOBO), lamentando que um atacante, em posição de impedimento, desistisse de continuar a jogada irregular, com a frase central das vantagens diárias: "Vai que o juiz não vê.." (sic) Tempos antes, que já vão para a gaveta do esquecimento, um analista competentíssimo da mesma rede, de molho provisório porque, em conversa informal, como de toda gente bem-posta (pele clara, cabelo liso, dinheiro no bolso), ao criticar um erro automobilístico, "sentenciou": "... é coisa de crioulo..." A mesma coisa da torcedora gremista, a xingar de macaco adversário de sua agremiação.

---

[1]Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Presidente do Fórum Permanente de Direito Empresarial da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ; Ex-chefe da Divisão Jurídica do Banco Central do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro; Advogado na CVM; ILI –Pós-graduação Georgetown University Washington DC; Mestre em Direito na linha de pesquisa de Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela Universidade Estácio de Sá (2006); CAEPE-ESG (2010); Ex-diretor executivo do CEDES (2015-2016). Conselheiro da Escola Judiciária Eleitoral.

[2]LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Triste fim de Policarpo Quaresma. Rio de Janeiro, Ática, 1989.

[3]LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa Omega, 1975.

[4]RIBEIRO, João Ubaldo. Viva o Povo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

E o que é pior: os mestiços (negros também) omitem falar sobre pertencer à raça considerada inferior. Faz-se muito pouco para diminuir (eliminar não será possível) a desigualdade. Quando atuam, com alguma seriedade e competência, produzem os resultados já conhecidos: Machado de Assis se considerava branco e Lima Barreto, consciente de sua condição étnica, mergulhou num esquecimento profundo e irreversível.

Com este quadro, agravado pelo mais profundo desrespeito à ética, todos os que têm alguma decência hão de trabalhar, comentando e combatendo os erros, injustiças, desigualdades, mesmo sabendo da pouquidão dos efeitos objetivos.

Esses avisos reiterados têm valor considerável para efeito de estímulo a qualquer integrante da máquina eleitoral, dos servidores aos eleitores.

É bem como se colhe do trabalho de Manuel Castells, autor do livro Ruptura[5], em entrevista a publicação brasileira deste último domingo, com validade para hoje, 25.6.18:

> a)Em firme assertiva, descreve o papel do Judiciário e do Ministério Público, no Brasil: "Em primeiro lugar, não penso que as instituições brasileiras sejam nem mais fortes nem mais independentes que as instituições similares da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos. É plausível a ideia de que muitos grupos de mídia no Brasil sejam menos independentes do que a BBC, o Le Monde ou o New York Times. Na realidade, eles frequentemente são mais partidários e ligados a grupos de pressão política do que em outros países..."
>
> b)Entre outras causas, o autor assegura que o problema está na crise de "... legitimidade dos partidos e da política tradicional por causa da corrupção e da falta de transparência da classe política". Essa "... é a razão por que o Brasil não é diferente. A crise política é o resultado de males do sistema político e da corrupção dos políticos, amplificados pela mídia".
>
> c)Em conclusão, a que se deve destinar o devido alerta, disse que não vê uma nova ordem emergindo. "... Apenas analiso o que vi em minha pesquisa. O que afirmo com convicção, é que não há necessidade de uma nova ordem emergindo, a curto prazo. E que nós devemos estar preparados para explorar e experimentar sem precisar correr para falsas soluções que costumeiramente levam a ditaduras demagógicas. Nós precisamos de uma paciência histórica para conviver com o caos por algum tempo".

O que se aponta neste opúsculo é, portanto, com o auxílio da visão externa, a necessidade de preparo para mudanças que começam a surgir, de forma hesitante e vagarosa, embora visível e esperançosa, com a atuação do TRE-RJ e de sua Escola, através do esforço de seus integrantes, capazes de, no exercício de suas funções, observarem estas circunstâncias maléficas e, na medida de suas possibilidades, impedirem que ocorram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro, Ática, 1989;

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo, Alfa Omega, 1975;

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984;

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2016.

[5]CASTELLS, Manuel. Ruptura. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2016.